



Resolução do Secretariado Nacional da UGT

VACINAÇÃO – A SEGURANÇA E A PREVENÇÃO QUE SE IMPÕEM

UM PROCESSO QUE URGE ACELERAR

A UGT considera necessária uma aceleração no processo de vacinação contra a Covid-19, não deixando para trás aqueles que mais precisam, nomeadamente, os mais velhos. Não podemos ignorar que o maior risco de morte por Covid-19, em Portugal, ocorre nas pessoas acima dos 70 anos de idade.

Se a task-force e a DGS se articularem de uma forma mais assertiva, talvez se conclua pela necessidade de **adaptar os critérios de vacinação para o FATOR IDADE**, excluindo os critérios que têm vindo a presidir à prioridade na toma da vacina, onde se incluem os cidadãos portadores de doenças várias.

A UGT continua bastante preocupada com a imunidade de todos os trabalhadores, especialmente, os que estão mais expostos à doença pela sua actividade profissional.

É incompreensível que, no final do primeiro trimestre de 2021, ainda não esteja assegurada a vacinação da totalidade dos trabalhadores da área da saúde nos diferentes sectores, ou seja, público, privado e social.

Em nome de todos quantos estiveram e estão na primeira linha do combate à pandemia, dando a cara, a saúde e, em muitos casos, a própria vida, em prol dos seus concidadãos, **a UGT EXIGE um rápido plano de vacinação a TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE**, com argumentos que, por tão óbvios para o comum dos cidadãos, nos escusamos de invocar.

A UGT relembra que muitos outros trabalhadores, em diferentes setores de atividade, asseguram um conjunto de serviços essenciais ao funcionamento das Instituições democráticas, seja nos vários organismos da Administração Pública Local, Regional ou Nacional, seja no setor da Justiça, onde os Oficiais de Justiça são indispensáveis ao funcionamento dos Tribunais, seja nas forças de segurança, onde se inclui a PSP e a GNR, ou nas Forças Armadas, mas também nos serviços assistenciais e de apoio aos cidadãos – Bombeiros, Proteção Civil, INEM – ou na comunicação social, cujos profissionais têm prestado um contributo fundamental para a fluência de informação atempada e próxima dos acontecimentos.

Com tantos e tão variados setores de atividade obrigados a uma atividade presencial, URGE QUE O PLANO DE VACINAÇÃO SEJA ACELERADO, tão rápido quanto a chegada ao nosso país de vacinas em quantidade suficiente o permitam.

VACINAÇÃO E TESTAGEM NA EDUCAÇÃO PARA GANHAR SEGURANÇA NAS ESCOLAS

A UGT e os seus Sindicatos reivindicaram desde sempre que, logo que houvesse vacinas disponíveis, **os docentes e os não-docentes constituíssem uma das primeiras prioridades para o processo de vacinação, como fator de confiança e segurança nos espaços escolares.**

Por isso se saúda que, nos próximos dias, estes Trabalhadores comecem a ser vacinados, num procedimento que se inicia por aqueles onde já se retomou a atividade letiva presencial - as Creches, a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do ensino básico - e que prosseguirá com os restantes ciclos de ensino básico e secundário.

É por esta mesma razão que se insiste na necessidade de que idêntico procedimento seja adotado para os docentes e não-docentes do ensino superior, os quais, para já, não estão incluídos nesta prioridade, o que se critica muito fortemente.

Sublinha-se ainda a necessidade de que se promova a testagem sistemática da população escolar, com incidência nos Concelhos onde a evolução da situação epidemiológica o recomende.

O regresso à atividade letiva presencial é essencial e devem garantir-se todos os meios para que não haja retrocesso e que se possam manter as nossas escolas em pleno funcionamento, em nome das aprendizagens, em nome do bem-estar emocional dos nossos alunos e evitando dessa forma o aprofundamento das desigualdades entre estes.

Nas escolas, devem continuar a manter-se todos os procedimentos de proteção sanitária, em termos de distanciamento físico, utilização da máscara, higienização dos espaços e dos equipamentos, comportamentos adequados. E nos percursos para as escolas e das escolas para casa, deve haver idêntica preocupação de cumprimento das regras essenciais de proteção da saúde.

Para a UGT, a saúde pública é um bem a privilegiar, ao lado da preservação do ensino presencial.

Importa, também, garantir que o ensino presencial possa vir a funcionar em segurança para todos os trabalhadores docentes e não-docentes, independentemente do nível de ensino e área geográfica, assegurando assim, não só a vacinação de todos, mas a testagem massiva e sistemática para identificação e isolamento de eventuais casos na comunidade escolar.

A UGT reitera a necessidade do cumprimento do calendário apresentado pela task-force para que se possa atingir a tão desejada imunidade de grupo antes do final do Verão de 2021.

TELETRABALHO. O FUTURO PASSA PELO DIÁLOGO SOCIAL E PELA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

A UGT registou a apresentação, ou a intenção de apresentação, por parte de vários Grupos Parlamentares, na Assembleia da República, de projectos de alteração ao regime do Teletrabalho.

Este é um processo face ao qual a UGT, não colocando em causa os poderes do Parlamento e a sua plena soberania para legislar, não pode deixar de manifestar a sua apreensão e estranheza.

Desde logo, pelo frenesim legislativo que se instalou, num momento em que muito poucos (diríamos ninguém) sabem o que será o teletrabalho no futuro, apenas sabendo que será necessariamente diferente do “teletrabalho” imposto e sem condições que muitos hoje vivem.

E isto num País onde, ao contrário de muitos outros, existe já um regime legal para o teletrabalho (um dos mais antigos da União Europeia, datado de 2003) e em que o próprio Governo há muito

revelou a intenção de iniciar uma discussão em sede de concertação social sobre esta matéria, na sequência da apresentação do Livro Verde do Futuro do Trabalho.

Livro Verde que estará, aliás, na ordem de trabalhos da reunião agendada para o próximo dia 31 de Março de 2021.

Mas, apreensão igualmente por se esquecer o papel fundamental que o diálogo social e a negociação colectiva poderão, e deverão, ter para a criação dos aperfeiçoamentos e ajustes que se revelem necessários.

A UGT nunca aceitou que a concertação social fosse usada como arma de arremesso para justificar, ou rejeitar, alterações legislativas, mas também nunca aceitou que se tente passar ao lado da concertação social para regular as relações de trabalho, que quem representa trabalhadores e empregadores conhece melhor do que ninguém.

A UGT não compreende que a tentação política de um calendário eleitoral, nos ofereça um cenário de um autêntico leilão legislativo (*Quem oferece primeiro? Quem dá mais?*) se sobreponha a tudo e possa ter como efeito a desadequação de um regime jurídico que assumirá uma nova importância no futuro.

O caminho não pode passar pela individualização do teletrabalho, que apenas resultará, sempre, em novas, insustentáveis, indesejadas e constantes pressões sobre os trabalhadores. Mais necessário que legislar rápido, é legislar bem.

A UGT regista com agrado as recentes declarações do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, onde reiterou que pretende levar à concertação social potenciais aperfeiçoamentos a esta matéria.

A UGT espera que a sensatez daquela posição prevaleça, e que não seja “ultrapassada por determinada conjuntura parlamentar, ávida de mostrar serviço”.

**A UGT EXIGE EQUIDADE DE TRATAMENTO PARA EMPRESAS E TRABALHADORES
NA IMPLEMENTAÇÃO DOS APOIOS DO ESTADO NO QUE DIZ RESPEITO À TSU E MORATÓRIAS DO
CRÉDITO À HABITAÇÃO DAS FAMÍLIAS**

A UGT, enquanto Parceiro Social, tem participado, SEMPRE, de forma ativa e empenhada, nas reuniões da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), apresentando propostas e soluções no sentido de contribuir para resolução dos problemas do país.

E foi neste contexto que, na reunião da CPCS do passado dia 10, a UGT trouxe à colação uma matéria que reputamos da maior importância, ou seja, o facto de o Governo estar a utilizar a Taxa Social Única (TSU) e a prorrogação dos prazos das moratórias, como fator de ajustamento económico, no apoio às empresas.

A TSU, principal fonte de receita do Sistema Previdencial do regime geral da Segurança Social é suportada, em exclusivo, pela tributação dos rendimentos do trabalho e é contabilizada pelas empresas como um encargo salarial.

A UGT não se opõe a essa ajuda às empresas, mas exige o posterior ressarcimento dos cofres da Segurança Social, em nome da sua sustentabilidade. Lembramos que, da conta da segurança social, já foram utilizados, a fundo perdido, mais de 3 mil milhões de euros nas várias medidas de apoio, número avançado pela Ministra do Trabalho na reunião da CPCS.

Perante este cenário, a UGT reivindica que:

- **Atendendo ao princípio de equidade, os trabalhadores devem beneficiar de algum tipo de isenção, redução ou suspensão temporária do pagamento da TSU;**
- **Seja revisto, pelo Governo, a argumentação de que, só as empresas que apresentaram reduções substanciais de faturação é que beneficiaram do acesso a essas contrapartidas. Tal argumento escamoteia, por completo, que muitos trabalhadores também sofreram grandes cortes nos seus rendimentos, atirando milhares de famílias para situações desesperantes de desemprego, desigualdades e pobreza;**
- **Os apoios do Estado a centenas de milhar de trabalhadores que receberam apenas 2/3 do seu salário na primeira fase de layoff simplificado, bem como, os progenitores que ficaram a cuidar dos seus filhos e que não receberam qualquer apoio, é um imperativo social e ético;**

- Se assumamos estarmos perante uma desigualdade gritante entre apoios a empresas e trabalhadores, pois embora os trabalhadores em layoff simplificado estejam a receber, agora, o salário a 100 %, não se pode ignorar que o limite desse apoio equivale a 3 salários mínimos.

A UGT relembra ao Governo:

- Que as empresas continuarão a beneficiar de isenções, reduções, ou mesmo suspensões de pagamentos ao Estado e do prolongamento dos prazos das moratórias de capital e juros;
- Que o acesso ao crédito à habitação é um instrumento fundamental para os trabalhadores exercerem o direito à habitação condigna e de equilíbrio da vida familiar;
- Que não existe o mesmo tratamento do Governo para com as empresas e os trabalhadores: há intervenção do Estado no prolongamento dos prazos de pagamento dos créditos por parte das empresas, mas essa intervenção não existe para TODOS os trabalhadores/famílias, que poderão ficar perante a perda de habitação própria.

Assim, o Secretariado Nacional da UGT, reunido em Lisboa, no dia 26 de Março de 2021, exige:

- Que também os trabalhadores devem beneficiar do alargamento dos prazos das moratórias, no caso específico, no crédito à habitação;
- Que não é aceitável que o Governo prorrogue os prazos dos créditos para as empresas e abandone os trabalhadores, nomeadamente no crédito à habitação, à relação unilateral com a entidade credora;
- Que o Governo não descarte por completo a análise deste assunto, não percebendo que estamos a falar de um potencial colapso social na vida de milhares de famílias.

Perante estes argumentos, o Secretariado Nacional da UGT considera que, no respeito pelo princípio da justiça social e da equidade, estes apoios se estendam também aos trabalhadores, porque se as empresas são responsáveis pela manutenção do emprego, não é menos verdade que os trabalhadores são, na sua grande maioria, os responsáveis pelo sustento e sobrevivência digna das suas famílias.

Há que evitar, a todo o custo, que a crise pandémica e económica possa ser argumento para criar uma crise social de contornos imponderáveis

Uma palavra final para a generosidade e paciência dos portugueses após 1 ano de sucessivos estados de emergência, de sacrifícios, de partidas não anunciadas, de quebra de afetos e de carinhos a milhares que nos abandonaram sem um último gesto de humanidade e de compaixão, de mitigações e cortes aos nossos direiros, liberdades e garantias que a Constituição plasma nos seus princípios, que a resistência dos portugueses tem sabido compreender e respeitar.

A pandemia não cerceou a democracia nem tirou a voz aos sindicatos ou aos trabalhadores.

Se conseguimos vencer a austeridade, também venceremos esta pandemia e os atropelos que ela permitiu impor – o desemprego, as desigualdades, a pobreza (muita dela envergonhada), a perda de expectativas de futuro a todas as gerações. Mas não esqueçamos que quem está vivo terá sempre os seus problemas quotidianos, familiares e socio-profissionais, mais ou menos graves, mas que a solidariedade ajuda a mitigar.

Outros deixaram-nos no último ano sem uma palavra de despedida.

Por eles e em nome deles, sejamos humanistas, solidários, generosos, tolerantes, altruístas, piedosos.

Sejamos menos egoístas.

Sejamos apenas Homens e Mulheres num tempo incomum.

Lisboa, 26 de Março de 2021

Aprovado por unanimidade e Aclamação

O SECRETARIADO NACIONAL DA UGT